

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

17 a 22 de Maio de 1992 Nº38

ANGOLA: A subida de Daniel Chipenda e a estratégia da UNITA.

O encerramento do III Congresso Extraordinário do MPLA deixou clara a ascensão de Daniel Chipenda e do grupo "grande família do MPLA". O antigo líder da revolta do leste ganhou não só o acento no novo Comitê Central, como deverá também participar do Bureau Político e da direção da campanha eleitoral. Esta última função a ser exercida por Chipenda exigirá do presidente uma capacidade política muito grande, já que terá de colocar Lopo do Nascimento como subordinado às ordens de Chipenda. Lopo por sua vez ainda não conseguiu abafar as especulações quanto a sua saída do partido. Os fatos apontam para uma situação na qual a postura de Chipenda seria a de defronar-se abertamente com Savimbi, o que pode ser comprovado com o convite feito por Chipenda a Jonas Savimbi para um debate televisivo, enquanto Lopo do Nascimento cuidaria da parte estratégica. Desta forma José Eduardo terá a sua figura dissociada do MPLA e lutará pelos votos daqueles descontentes ou temerosos com o partido. Esta orientação para as eleições deve ser complementada com o regresso de quadros importantes ao país, que puxarão a campanha nas províncias mais distantes como é o caso de Mendes de Carvalho e Hermínio Iscôrcio.

A UNITA por sua vez parece já ter assimilado o choque sofrido em decorrência das dissidências de Nzan Puna e Tony da Costa, e prepara o lançamento do seu canal de televisão. Apesar da estratégia da UNITA de acusação aos cooperantes ser mal recebida pelos estrangeiros em Angola, que acusam Savimbi de xenofobia, o mesmo não ocorre com o povo angolano que constata, cotidianamente, os altos salários e as vantagens concedidas aos cooperantes. Savimbi sabe muito bem mobilizar a platéia de seus comícios e no caso das eleições angolanas, a desaprovção externa tem um valor menor na adesão das massas. (pp. 02 e 05)

NESTA EDIÇÃO:

Departamento de Estado norte-americano alerta para a possibilidade de colapso social em países africanos

p.1

UNITA responsabiliza o governo pela morte de portugueses em Angola

p.5

Mudanças na direção da comunicação social em Cabo Verde

p.5

Novo governo toma posse em São Tomé

p.9

Seca radicaliza Afrikaners

pp.10-11

MOÇAMBIQUE: Marcada nova rodada das negociações de paz.

O governo moçambicano anunciou a data da próxima rodada de negociações de paz com a Renamo: 27-29 de maio. Este anúncio foi confirmado pelo governo italiano.

O jornal Público divulgou um relatório de uma organização não-governamental norte-americana, a PCC (Population Crisis Committee), onde Moçambique é colocado, ao lado de Somália, Sudão, Afega-

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

nistão e Haiti, entre os cinco países que possuem as piores condições de vida do mundo. A seca que atinge a África Austral incide gravemente sobre um país que enfrenta a difícil situação causada por mais de dez anos de guerra em seu território; a Cruz Vermelha informou, segundo o semanário moçambicano Domingo, citado pelo Público, que cinco pessoas morrem por dia numa só aldeia da província de Nampula. A Cruz Vermelha havia anunciado, no final de abril, que pretendia montar uma operação de ajuda alimentar de grande envergadura nas províncias de Gaza, Manica e Sofala, fortemente afetadas pela seca e pela guerra. (p.08)

ÁFRICA DO SUL: a transição será lenta, gradual e recheada de obstáculos.

A transição para uma democracia racial na África do Sul, segundo acordo recentemente estabelecido, será coordenada pelo Conselho Executivo Transitório (CET), junto com o governo e o parlamento atuais. Esta conjugação de esforços é mais um passo para a superação das dificuldades que a CODESA enfrenta para instituir uma Constituição interina.

Há previsões de que no final deste ano uma Assembleia Constituinte debata e aprove a futura Constituição sul-africana. Mas, desde já esta questão se constitui em uma das mais polêmicas. Se questiona, por exemplo, se os dirigentes tradicionais dos diferentes grupos étnicos deverão ou não terem destacados papéis no interior da CODESA: o Inkatha é a favor e o ANC põe-se contra. Mandela, que acusou o governo de alimentar uma "guerra silenciosa" contra os seus apoiantes, afirmou não concordar com a absurda intenção de De Klerk para que os brancos fiquem com o poder de vetar decisões majoritárias que vierem a ser concordadas

na Assembleia Nacional. O que está em jogo é a aprovação ou não de mecanismos jurídicos-constitucionais que limitem o poder de decisão de um previsível governo representante da maioria negra. Esta questão está presente na discussão sobre a percentagem necessária para que um agrupamento político possa tomar decisões na futura Assembleia Constituinte. Outras questões fundamentais para o ANC são: a libertação de centenas de presos políticos (que o governo nega que ainda existam) e a definição de uma data para que o governo interino passe logo a atuar.

No todo, de um lado temos o ANC e seus apoiantes com o objetivo que a maioria negra alcance, o mais rápido possível, poder de decisão sobre o futuro da África do Sul e, do outro lado, o governo e outras forças políticas, com o objetivo imediato de retardar o processo de transição e ainda, arregimentar apoios que lhe possibilite obter de 26 a 33 por cento de votos para, assim, bloquear algumas das mais polêmicas medidas pretendidas pelo ANC. Mas, a recessão econômica, o desemprego, os impasses políticos no interior da CODESA, as denúncias de corrupção, os crescentes e não apurados atos de violência — a polícia admitiu a existência (no seu próprio interior) de uma rede de bases secretas, componente de chamada "Terceira Força", promotora das sucessivas violências nos subúrbios negros —, toda essa conjuntura reforça ainda mais a decisão dos grupos extremistas, como o PAC e o Partido Conservador, de permanecerem boicotando as conversações no seio da CODESA. Todas essas adversidades e impasses não nos devem surpreender. O percurso, até que se alcance na África do Sul pelo menos a igualdade política, ainda se deparará com sucessivas dificuldades. (pp. 10, 11 e 12).

Uma África ingovernável

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE MAIO DE 1992

1

A SECA que atinge mais de uma dezena de países do cone sul de África é a pior de que há memória, agravando ainda mais a situação de um continente já em estado de calamidade crónica.

A perda das colheitas na zona meridional do continente — celeiro tradicional de África, sobretudo a África do Sul e o Zimbabwe — ameaça, a muito curto prazo, provocar uma situação ainda mais catastrófica do que a crise que atingiu em meados dos anos 80 a Etiópia, Sudão e países vizinhos do nordeste africano. No total, a seca — cujos efeitos começaram a fazer-se sentir em Julho e atingirão o auge em Agosto, segundo relatórios de equipas humanitárias recentemente regressadas da região — afectará mais de 30 milhões de pessoas.

Os países mais atingidos pela seca e pela fome são o Zimbabwe, a Zâmbia, o Malawi, Moçambique e África do Sul, mas a situação é também crítica em muitos outros.

Só na Etiópia, Quênia, Sudão e Somália estão em risco cerca de 20 milhões de pessoas — mas só chegaram a esta zona 15 por cento dos 2,4 milhões de toneladas de alimentos necessários: em Moçambique, são mais de três mil milhões de pessoas que necessitam de auxílio de emergência, mais do dobro do ano passado; na Eritreia, onde não chega ajuda há mais de quatro meses, são 2,2 milhões de pessoas; no Quênia, são cerca de um milhão, não contabilizando os cerca de 200 mil refugiados etíopes e somalis; na Somália, são 3,5 milhões; no Sudão, mais ainda; na África do Sul, 2,5 milhões. A África é um continente à beira da ruptura.

Face a tal situação, que já levou Governos, como o da Zâmbia, a decretarem o «estado de desastre nacional», a resposta dos doadores internacionais é cada vez mais insuficiente. As ajudas estão «longe de serem satisfatórias», diz a FAO, o fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; «parecem ser atribuídas de maneira estranha e arbitrária», acrescenta o PNUD (programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no seu mais recente relatório. «O montante da ajuda pública (internacional) ao desenvolvimento não é determinado consoante as necessidades dos países em desenvolvimento, mas sim pela boa vontade dos países ricos», diz o documento.

Continente de todas as calamidades

Paradoxalmente, a África é o continente que recebe mais ajuda por habitante. Em 1990, foram 38 dólares, em média (contra 5 dólares a um asiático e 10 a um latino-americano). Mas, analisada a distribuição das ajudas por região e/ou país, os desequilíbrios saltam à vista: os 46 países da África negra, a zona mais pobre do continente, receberam apenas 32 dólares «per capita»; os seis da África setentrional (Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos, Sudão e Tunísia) receberam 55 dólares por habitante.

O caso das Seychelles constitui o exemplo mais flagrante da forma «estranha e arbitrária» na concessão de ajudas a que se refere o PNUD: cada habitante da ilha recebeu em 1990 um auxílio de 515 dólares (16 vezes a média da África negra), embora o país tenha um dos maiores rendimentos «per capita» do continente — 4670 dólares.

Além desta desigualdade na distribuição das ajudas internacionais, há, contudo, todo um caldeirão de «ingredientes» que agravam ainda mais as catástrofes: guerras civis e convulsões sociais «endémicas» (de que o Malawi e o Togo são os exemplos mais recentes), com os seus cortejos de refugiados; regressão do crescimento económico; aumento do desemprego; crescimento demográfico galopante; produção alimentar em queda (menos 20% nos últimos 30 anos), desequilíbrio entre os gastos consagrados à Defesa e ao Social; etc.

Um dos casos mais «exemplares» e mais dramáticos é o da Somália. Nos últimos anos, foram consagradas cinco vezes mais verbas ao sector militar que ao social (Saúde e Ensino) e Mogadíscio detém o triste recorde africano de ter seis vezes mais soldados que professores.

Apesar do cessar-fogo estabelecido em Março último entre os grupos rivais que se entregaram a uma luta sem tréguas depois de terem conseguido o objectivo comum de derubar o Presidente Siad Barre (Janeiro de 1991), a situação continua a ser de caos absoluto.

A luta diária pela sobrevivência tornou a capital, Mogadíscio — onde estarão a morrer cerca de 100 pessoas por dia, de fome —, uma das cidades mais perigosas do mundo. Tal como noutras regiões do continente, o dinheiro não serve literalmente para nada — a comida é, agora, a única coisa com valor pela qual todos lutam.

Ajuda «à mão armada»

A insegurança é total e, segundo a FAO, resulta «numa falta praticamente total de comida» no país. Os funcionários de organismos internacionais estão, assim, a arriscar as próprias vidas para distribuir auxílio. Pela primeira vez, muitas organizações internacionais só de deslocam agora com escoltas armadas e as suas instalações são guardadas dia e noite.

Tais práticas tornam-se cada vez mais «normais». Há cerca de duas semanas, quando a Cruz Vermelha descarregou cerca de 12 mil toneladas de ajuda alimentar em praias a Norte e a Sul de Mogadíscio, teve de organizar primeiro uma força de 2600 homens armados até aos dentes; com um carregamento da ONU, o mais importante dos últimos cinco meses (5 mil toneladas de trigo) aconteceu o mesmo. Face à situação desesperada de milhões de pessoas, a própria distribuição de ajuda desencadeia novos combates.

Todos estes factores, para já não referir as dificuldades estruturais de transporte, ajudam a tornar ainda mais «desoladora» a resposta aos pedidos de assistência.

Os números falam por si: ao Sudão, chegaram pouco mais de 10 por cento das 800 mil toneladas de alimentos necessários; no Quênia, essa resposta é «virtualmente inexistente», correspondendo a menos de 10 por cento das necessidades; Moçambique precisa de um milhão de toneladas de milho e a Zâmbia de 800 mil; o Zimbabwe tenciona importar dois milhões e pode ficar sem reservas de milho dentro de dois meses; a Namíbia perdeu 80 por cento das colheitas; o Botswana plantou apenas 20 por cento da área do ano passado; só a lista das necessidades mais urgentes daria para encher esta página.

«Em casa onde não há pão...»

A seca na África Austral contribui para agravar uma situação já de si catastrófica. A perda das colheitas na África do Sul e no Zimbabwe atinge 100 milhões de pessoas. Os países importadores racionam géneros e aumentam continuamente os preços, tornando ainda mais instáveis os seus equilíbrios sociais internos, em muitos casos já precários; originando novas vagas de refugiados e agravando assim ainda mais os precários equilíbrios internos (no Malawi, para dar apenas um exemplo, há mais de um milhão de refugiados moçambicanos).

É o Departamento de Estado norte-americano alerta já para um novo perigo: o colapso político e social de muitos países, desde a África do Sul aos de regime de partido único que ensaiam alguma democratização. Uma democratização que, por seu turno, é cada vez mais uma condição dos países doadores para a concessão de ajuda...

Contas em seminário

O TRIBUNAL de Contas, com o patrocínio do Banco Mundial, vai organizar, em Novembro, um seminário, no qual deverão participar representantes de todas as instituições homólogas do Brasil e dos Países de Língua Oficial Portuguesa, mesmo daqueles países onde ainda não exista semelhante órgão, mas que se encontra em vias de criação. Organizado pelo seu presidente, Roque Eduardo Ceballos, teve uma reunião de trabalho no Tribunal de Contas nacional, com o objectivo de tomar conhecimento do modelo organizativo português, considerado, pelos argentinos, como tendo «aspectos de interesse significativo», de acordo com um comunicado ontem difundido à imprensa.

Amnistia Internacional

condena MPLA e UNITA

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 12 MAIO 1982

Bill Morris,
em Washington

Num relatório sobre os direitos humanos em Angola, a Amnistia Internacional condena a UNITA e o Governo do MPLA e critica ainda os moldes de funcionamento da CCPM, lembrando que não se devem ignorar violações dos direitos humanos por causa das eleições. O PÚBLICO obteve um exemplar do relatório que será divulgado esta semana.

O cessar-fogo em Angola "está a ser ameaçado por assassinios perpetrados por motivações políticas e outras violações das cláusulas dos acordos de paz sobre direitos humanos", afirma a Amnistia Internacional (AI) num relatório sobre os direitos humanos em Angola, referente ao período posterior à assinatura dos acordos de paz.

O documento adianta que "nenhuma das partes tem mostrado vontade de assumir o risco de investigações imparciais que possam determinar que os seus membros são responsáveis por violações dos direitos humanos".

O relatório foi redigido para assinalar o primeiro aniversário dos acordos de Bicesse, assinados em Portugal no dia 31 de Maio pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e pelo presidente da UNITA, Jonas Savimbi.

A Amnistia afirma que os assassinios políticos "ocorrem a um ritmo quase diário em Luanda e outros locais". E, apesar de entender que na sua maioria os crimes são perpetrados por criminosos com acesso fácil às armas, "alguns têm motivações políticas", mas "poucos foram investigados".

Para a AI, as decisões da CC-

PM, mesmo as respeitantes aos direitos mais fundamentais como o direito à vida, "são tomadas na base do consenso, permitindo a cada parte o veto de medidas realcionadas com violações dos direitos humanos".

A ausência de investigação dos assassinios políticos "constitui uma violação dos acordos de paz", diz o relatório.

De Cabinda à Jamba

Entre outros incidentes, a AI relata a morte de civis cabindas desarmados pelas tropas das FAPLA. Num dos incidentes, um religioso de Nacuto, diácono Arão, acusado de dar abrigo a elementos da FLEC, foi "cercado por soldados que o mandaram sair de sua casa, executaram-no sumariamente e deitaram fogo à residência. Parece não ter havido investigação desta e de outras execuções extra-judiciais".

Quando o coronel Pedro Makanga, da UNITA, foi morto "o princípio do consenso produziu a decisão de que, segundo um relatório da ONU, 'não se pode permitir que esta morte ponha em causa o processo de paz'. O facto de não se ter efectuado uma investigação destas e outras mortes dá, sem dúvida, a impressão de que assassinios com motivações políticas podem ser perpetrados impunemente", adianta a AI.

A Amnistia lembra o caso do capitão António Raimundo, morto por uma guarda costeira da UNITA. "O assassino não foi levado perante a justiça, e não parece que esteja sob custódia. Foi decidido julgá-lo num tribunal adstrito às novas Forças Armadas. Passará algum tempo antes que este tribunal esteja em funções".

A AI insurge-se, ainda, contra o facto de não terem sido apuradas as circunstâncias do assassinio de quatro turistas em Quilenges. Recorda que numa conferência de Imprensa organizada pela UNITA, um indivíduo de nome Celestino Sapalo confessou ser um agente governamental de segurança, com instruções do administrador de Chongorol para matar os turistas. Depois de recordar

que o Governo apontou "Incongruências" no depoimento de Sapalo, a AI adianta: "A UNITA concordou em permitir que o suspeito fosse interrogado por uma comissão mista Governo-UNITA", mas o interrogatório "ainda não teve lugar e Celestino Sapalo, aparentemente, continua sob custódia da UNITA".

Menciona-se, ainda, o controverso caso relativo ao assassinio de Tito Chingunji e Wilson dos Santos e respectivas famílias e a investigação do caso ordenado pela direcção da UNITA. Apesar do relatório ainda não ter sido divulgado na íntegra, a Amnistia anota ter informado dirigentes do partido de Jonas Savimbi que "a comissão de inquérito não está conforme os critérios de neutralidade e independência geralmente aceites".

A libertação dos prisioneiros de guerra e políticos continua a ser controversa. No que cabe à UNITA, diz a AI, há 60 pessoas em Cazombo e um número não determinado num campo de detenção no Bié. Três mil prisioneiros foram libertados, mas "muitos aparentemente permanecem em zonas controladas pela UNITA".

"As mortes de Tito Chingunji e Wilson dos Santos levantaram preocupações acerca da segurança de outras pessoas" que se julga serem adversárias das políticas da direcção da UNITA, e que "permanecem na Jamba".

A Amnistia refere-se, especificamente, ao caso do professor de matemática, Mimoso Nelson Malaquias, de 72 anos de idade, da sua filha "Tita" Malaquias, e do médico são-tomense Adelino Neto, capturado pela UNITA, em 1979. Neto afirmou posteriormente ter aderido à UNITA, deslocou-se a Luanda com uma delegação deste partido no ano passado, mas foi mandado regressar à Jamba após ter sido visitado pelos seus familiares no Hotel Turismo.

Traumas do passado

Um capítulo do relatório refere-se a pessoas mortas ou dadas como desaparecidas antes dos acordos de Bicesse, mas pelas quais ainda não foram prestadas contas.

Entre elas contam-se "centenas de pessoas presas em 1977 e 1978" a seguir à revolta de Nito Alves e posteriormente "mortas, torturadas, ou desaparecidas".

Quarenta membros da igreja cristã conhecida popularmente por "tocoista" foram executados por forças de segurança, em 1987, e membros do movimento de Savimbi "foram mortos deliberadamente pelos serviços de segurança da UNITA, alguns deles alegadamente queimados em 1982".

"As mortes e abusos perpetrados pela UNITA e pelo Governo no passado, deixaram um legado que continua a impedir a reconciliação a menos que haja esforços para apurar a verdade, tendo em vista assegurar que tais assassinios nunca mais poderão acontecer", concluiu a Amnistia.

O relatório sublinha que a democracia não resulta apenas de eleições, mas também do respeito pelos direitos humanos.

A Amnistia sugere que a UNITA e o Governo reafirmem publicamente e em conjunto, por palavras e actos, o seu empenhamento na defesa e promoção daqueles direitos, através de oito medidas concretas.

Entre elas propõe-se uma declaração de empenho no respeito pela imparcialidade da polícia e do sistema judicial; a aceitação de inquéritos neutros e independentes aos abusos cometidos; a suspensão das funções de indivíduos responsáveis pela tortura e morte de prisioneiros, com garantias de que nunca regressarão a funções em que tenham a oportunidade de repetir tais crimes; a publicação de listas completas de pessoas presas antes dos acordos de paz, para facilitar a reunião com as respectivas famílias; a restauração da confiança pública na polícia e no sistema judicial; a aceitação, pela UNITA, da liberdade de movimento em todo o país e da publicitação de instâncias em que restrições são impostas; organização de uma campanha pública de educação sobre os direitos dos cidadãos; e a criação de mecanismos para apurar o que sucedeu às pessoas dadas como desaparecidas. ■

Chipenda na ofensiva contra Savimbi

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE MAIO DE 1992

Angolanos

Benjamin Formige

UM ANO depois de, no Leste de Angola, se ouviram os últimos tiros, a população nas cidades, e particularmente em Luanda sente-se cada vez mais insegura. Os portugueses, ou os brancos e mulatos angolanos em geral, sentem-se ameaçados.

Em meados de Maio do ano passado, excusadas 72 horas depois de, no Leste do país, se terem acordado momentos de preparação da paz até à formalização dos acordos do Bicesuri, uma onda de euforia

NUMA semana uma dezena de portugueses foram assassinados nos arredores de capital. Ao mesmo tempo, Jonas Savimbi, ao seu tradicional populismo, abriu as portas para que o crescimento de um estivo novo zimbão. Os diplomatas tornaram o sorriso. Não só os cooperantes como os brancos e mulatos angolanos e até portugueses que chegaram Angola como segunda peleira. Muitos enviamam já as famílias para Lisboa. Outros possuem famílias.

LUANDA, naturalmente, deveria deixar de ser a sede da vida, voltar à vida. Quando a UNITA entrou na cidade, excusadas com pouco desconhecimento e muita curiosidade. E os brancos de Savimbi não tiveram-se felizes por entrarem na cidade.

A desconjuntura nunca foi vencida. A aproximação de alguns dirigentes da UNITA e a sua inabilidade política numa situação de paz, e a forma como o Governo e o MPLA geriram, sempre à luz da cidade, as relações entre os dois partidos pouco contribuíram para aliviar o clima.

OMOO deliberou a começar suas no anos de a UNITA chegar a Luanda. A Voz do Galo Negro — a rádio da UNITA — e as embaixadas governamentais continuaram verbalmente a guerra verbalizada no terreno. Os dois partidos aproximaram-se desde logo após todos em conseguir deliberadamente a vitória que Bissau tem a guerra. Bateu os dois grandes partidos, uma miríade de propostas e propostas políticas sem um líder definido e sem uma mensagem de futuro para os jovens, que se prezavam constantemente nada de 50 por cento da população.

A UNITA combocou o que muitos consideram ser a sua maior crise política de sempre. Tony da Costa Fernandes e Nuno Pires abandonaram o movimento e confirmaram os rumores que há muito corriam sobre a morte de Tito Chibanguel e Wilson dos Santos. O Congresso do MPLA trouxe mudanças mas não souz quanto se desajustou.

O RUBRICABEM no Bicesuri os

Acordos de Paz, os angolanos entraram todos se dificuldades com o seu boazivivível optimismo. Nos primeiros meses de paz, o dinamismo criada entre os militares das duas lides para criar os condições ou reduzir os incidentes às suas fronteiras diminuídas foi notável. As embaixadas começaram a sair das cidades. O crescimento de paz na sociedade nas conversações em Portugal criou expectativas irreversíveis e se difundiram consequentemente como os problemas de reconhecimento de tropas e subseqüente desmobilização no caso a implementação do acordo de partilha e da ONU sobre as forças de segurança. Com esse armar, o acordo político numa cidade potencialmente violenta foi decidido. Os incidentes multiplicaram-se.

Atribuir responsabilidades é uma tarefa delicada. O maior culpado foi o próprio povo que por si mesmo não venceu a guerra. E a inabilidade de jogar não com o jogo para o desenvolvimento económico de Angola sem para a estabilidade social continua que deve reconhecer uma convergência absoluta, que seja, seguramente, de uma violência verbal extrema. Bateu os dois grandes, os pequenos partidos não conseguiram encontrar o seu espaço.

DESSENOVA VIMBENTO acordou com o povo pode esperar pelas eleições, e, se a inabilidade concordar, se não são só os grandes brancos e mulatos a sair do país. Também os grandes negros o háio. Há um acontecimento. A mudança de 1975 que se havia estendido ao Verbo passado voltou, dessa vez em forma

A INDICAÇÃO de Daniel Chipenda para o cargo de director da campanha eleitoral do MPLA introduziu esta semana no seio do partido governamental em Angola um novo elemento de contorção e de eficácia na estratégia da chamada «grande família do MPLA» que poderá ter encontrado em Daniel Chipenda uma figura aglutinadora.

Satisfazendo gregos e troianos, Eduardo dos Santos acabou por encontrar a fórmula mágica que poderá dar um empurrão decisivo à campanha do MPLA. Logo do Nascimento, sobre cuja presumível saída do partido muito se tem especulado, assumiu funções como número dois no estado-maior da campanha.

A partir de agora, o MPLA deixou de ser o «Partido do Trabalho» e o «slogan» «a luta continua», que durante anos e anos foi gritada infundavelmente em comícios, passou à história. Muitos sustentam que estas modificações não foram surpresa para os americanos.

Ao populismo de Jonas Savimbi, o MPLA contrapõe agora a figura de Daniel Chipenda. E se encabeçar a frente reduzora de Savimbi, Chipenda vai também libertar o Presidente José Eduardo dos Santos para as suas funções de Estado.

Mas se o antigo líder da «Revolta do Leste» defendeu uma política «mais abrangente e menos sectária e uma dinâmica de mobilização do meio rural mais activa», alguns delegados manifestaram dúvidas de que Chipenda, afastado da política angolana nos últimos 15 anos, possa vir a ter em Benguela a influência que se espera dele. Porém, a sua descendência da aristocracia ovimbundo poderá vir a pesar junto do eleitorado desta etnia. E a primeira saída de Daniel Chipenda foi propor um debate televisivo com Jonas Savimbi.

Terreno falso

Ao estimular aquilo que muitos brancos e até figuras destacadas do MPLA consideram ser «o ódio racial», Savimbi parece estar a pisar terreno falso, que nem a duplicidade da sua linguagem populista e demagógica consegue disfarçar. Os seus recuantes discursos foram qualificados pelo Presidente Eduardo dos Santos como «aracistas e xenóforos» e estão a ser habilitmente aproveitados pelo MPLA

junto da comunidade branca e mulata em Angola que, temerosa de um novo clima de instabilidade, se mostra cada vez mais impelida a alinhar num novo êxodo para a Europa, nomeadamente para Portugal.

Independentemente das intenções que Savimbi possa nas suas declarações, nas suas intervenções na província, e do populismo eleitoralista que lhes esciza subjacente, o facto é que levantaram reservas não só na comunidade branca e mulata como junto de círculos ocidentais tradicionalmente apoiantes do movimento rebelde.

Mas ainda é muito cedo para falar em perspectivas eleitorais. Fontes ligadas à campanha do MPLA ironizarão ao EXPRESSO que «a maratona ainda não começou. Começámos os exercícios de aquecimento (referindo-se a Savimbi) um dos corredores já quer cortar a meta».

A estratégia do partido governamental passou pelo recente alargamento do seu comité central a elementos afectos a círculos intelectuais e empresariais e pela eventual entrega à justiça de dirigentes alegadamente envolvidos em casos de corrupção.

Alguns embaixadores angolanos na Europa, entre os quais Herminio Escórcio, em Bona, e Mendes de Carvalho, em Varsóvia, dois dos principais arquitectos do regresso de Chipenda ao MPLA, deverão regressar e fixar-se no interior do país como pontas-de-lança da campanha na província.

A previsível conclusão a curto prazo da extensão da administração do Estado a todo o país, tem preocupado o líder da UNITA, que se tem multiplicado em sucessivos apelos às suas forças, com vista a abrir a administração oficial às zonas controladas pelo seu movimento, sob risco de não haver eleições nas referidas áreas. O Governo deverá, a partir de agora, por outro lado, reforçar «o Ministério do Interior com meios capazes de garantir a segurança, a tranquilidade e a ordem pública» e pressionar «a UNITA a indicar os seus efectivos militares e político-partidários, de forma a evitar que sob qualquer pretexto, mantenha militares nos aglomerados populacionais».

Gustavo Costa
em Luanda

Chipenda e "Pedalé" em destaque

O III Congresso Extraordinário do MPLA, partido há 16 anos no Governo em Angola, terminou ontem, em Luanda, com "profundo agradecimento" a quantos contribuíram para os acordos de paz assinados há um ano em Portugal, "em especial ao mediador e aos observadores".

O agradecimento a Portugal, aos Estados Unidos e à antiga União Soviética faz parte do pacote de resoluções e moções aprovados em sessão marcada por forte crítica directa à UNITA e pela saudação aos novos 64 elementos do Comité Central do partido, entretanto alargado para 193 membros, a fim de melhor poder representar "todos os sectores étnicos, sociais e culturais" do país.

Previa-se o alargamento do Comité Central (CC) de 130 para 180 membros, mas a lista adicional foi apresentada pela direcção do MPLA a fim de "colmatar falhas" registadas nas propostas — disse à agência noticiosa portuguesa Lusa uma fonte do Congresso.

Foi entretanto cancelada uma reunião do Comité Central que em princípio se seguiria ao encerramento do Congresso Extraordinário e que iria servir para debate do provável alargamento do Bureau Político.

A sessão ficou para mais tarde, talvez ainda esta semana, mas tem-se desde já como garantida a eleição para o Bureau Político do antigo líder da facção "Revolta de Leste", Daniel Chipenda, segunda-feira eleito para o CC e que algumas sondagens dão como um dos candidatos potenciais com mais hipóteses nas presidenciais angolanas deste ano.

Chipenda e o ministro da Defesa, Pedro Maria Tonha, "Pedalé", foram as novas figuras do Comité Central mais aplaudidas quando ontem se tratou da sua apresentação formal ao Congresso.

Crê-se que o general "Pedalé" retomará o seu antigo lugar no Bureau Político, de que foi afastado pela não eleição para o CC no III Congresso Ordinário, em 1990.

Na moção sobre o primeiro aniversário dos acordos de paz negociados em Portugal, o Congresso desta semana referiu, "por aclamação e em nome da grande família MPLA", o "orgulho e satisfação pelo papel firme e decisivo" do Governo na aplicação e consolidação da "democracia, da paz e da fraternidade longamente ansiada".

O agradecimento foi para "povos, governos e individualidades,

em especial ao mediador e observadores que, a seu nível e de diferentes formas", contribuíram para a assinatura dos acordos de Bicesse (Estoril) e para que "sejam o princípio da realidade vivida no país".

A moção sobre o processo de paz inclui uma referência particular a todas as igrejas e confissões religiosas e à próxima deslocação a Angola do Papa João Paulo II, coincidente com o primeiro aniversário da paz: a visita papal "é um acontecimento de transcendente significado para a pacificação dos espíritos e tranquilidade dos corações".

A resolução geral do Congresso determinou que o MPLA revogue a designação de Partido do Trabalho e tome medidas a vários níveis "e com a maior urgência" para a disputa eleitoral prevista para o fim de Setembro.

No âmbito da aplicação dos acordos de paz, recomendou que os governos locais tomem medidas de vária índole e assumam as suas funções de facto, para além de crítica à UNITA por "desmandos cometidos".

Num parágrafo sem desenvolvimento, o Congresso pediu que "o Governo tome medidas enérgicas de natureza político-diplomática visando desencorajar e dissuadir a UNITA da sua pretensão de tomar o poder pela força".

No plano interno, o MPLA salientou a "meritória acção" do Grupo de Reflexão criada pela sua direcção, dado o "importante contributo para a reunificação da família do MPLA". E apelou à adesão geral, para reforço da sua esperada vitória e "garantia da democratização da sociedade".

O Congresso aprovou uma moção sobre direitos humanos, com reservas sobre o modo como durante a guerra eles foram respeitados no país.

Enquanto isto, ontem em Washington, o general Tony da Costa Fernandes, um dos dissidentes da UNITA, disse ao PÚBLICO ter visto pessoas serem queimadas na Jamba, no quartel-general daquele movimento e na presença do respectivo líder, Jonas Savimbi.

Em 1989, quando se começou a falar de pessoas queimadas, Savimbi alegou ter conhecimento de que isso se fazia em algumas zonas de Angola, sob o pretexto de actos de feitiçaria, mas que tal não acontecia nos territórios sob controlo da UNITA.

"BAIXARAM ESPÍRITOS!"

O terceiro álbum do angolano Waldemar Bastos leva o título de

"Pitanga Madura" e marca, na verdade, a maturidade de um projecto iniciado há nove anos atrás. Mais próximo da World Music — e ainda mais próximo de Angola —, Waldemar Bastos vai tentar, com este disco, conquistar o mundo.

Em Outubro do ano passado, Waldemar Bastos partiu para Angola, na intenção de recolher sons e ideias para o seu próximo trabalho. Tinha o propósito de se demorar no Huambo, para gravar corais religiosos, e depois nas Quedas do Calandula, ou Duque de Bragança, como eram conhecidas na época colonial, onde tencionava registar o som das orquestras de marimbas. Por essa altura, em entrevista ao PÚBLICO,

revelou igualmente a intenção de incluir no disco um fado popularizado por Amália Rodrigues, uma marrabenta moçambicana, cantada em ronga, e um tema do guineense José Carlos Schwartz. Parecia um desafio aliciante, mas que comportava riscos, o maior dos quais seria o de conseguir tornar coerente uma tão grande diversidade de propostas.

Apenas o fado "Foi Deus" acabou por ser gravado por Waldemar. Não se pense, porém, que o resultado final tenha ficado aquém das expectativas criadas. Na verdade, aquilo que mais surpreende em "Pitanga Madura" tem a ver com a sua diversidade, ou melhor, com a unidade na diversidade. Além do conhecido fado de Amália — é porventura a primeira vez que um músico angolano se aventura a cantar um fado —, interpreta um semba com um balanço de rock (ou vice-

versa), o qual dá o título ao álbum; recorda as singelas canções do planalto central e um conjunto de velhos temas dos carnavais luandenses. Um dos pontos altos do disco, embora com menores capacidades comerciais, é o tema "Easohua dalukaco", fabuloso coral quicongo, gravado em Luanda por Waldemar e posteriormente trabalhado em estúdio. A aproximação à chamada World Music é óbvia, naquilo que o próprio músico assume ser uma tentativa de penetração no mercado internacional. No seu primeiro álbum, "Estamos Juntos", lançado em 1983, e sete anos mais tarde, com "Angola Minha Namorada", tinha já tentado explorar os ritmos profundos de Angola, enriquecendo-os com o recurso às novas tecnologias. É o caminho seguido pela generalidade dos grandes nomes da música africana, de Ray Lema a Manu Dibango,

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 13 MAIO 1992

passando por Youssou N'Dour ou Mory Kanté; mas, com excepção do próprio Waldemar Bastos, dos Irmãos Kafala e, em parte, de Filipe Mukenga, pouca gente em Angola parece disposta a segui-lo. Outro facto que contribui para a alta qualidade do projecto de Waldemar Bastos diz respeito ao cuidado posto na escolha dos músicos. A opção por instrumentistas estrangeiros, sobretudo brasileiros, veio ainda facilitar uma certa mestiçagem, também característica da "Música do Mundo", dando ao trabalho de Waldemar Bastos um lugar muito especial dentro da moderna música angolana. No caso de "Pitanga Madura" o destaque vai para o baixista brasileiro Jorge Degas, que tem um desempenho brilhantíssimo. "Pitanga Madura" encerra de forma magnífica, com um grito de paz que Waldemar Bastos assegura ter nascido de improviso, em plena gravação do álbum: "Não sei como foi", diz Waldemar, "de repente baixaram espíritos!" (8)

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

Assassinio de portugueses em Angola

UNITA responsabiliza Governo

A UNITA desmentiu categoricamente qualquer "implicação directa ou indirecta" no massacre de duas famílias portuguesas no Cabo de S. Brás (a cerca de 100 km de Luanda), no passado dia 25 de Abril. Quarta-feira, a policia angolana apresentara à imprensa dois dos presumíveis assassinos que declararam ter cometido o crime a mando da UNITA.

Numa conferência de imprensa em Luanda, Abel Chivukuvuku, secretário dos Estrangeiros da UNITA, leu um comunicado da sua organização em que responsabiliza o Governo pelo caso, afirmando nomeadamente: "O Governo pretendeu cometer um crime perfeito que não deixasse rastros para orquestrar uma campanha contra a UNITA sob o falso pretexto de a UNITA praticar uma xenofobia contra os estrangeiros."

"Quando a UNITA declara que é pela dignidade dos angolanos e por uma cooperação internacional em bases justas, isto não quer dizer que a UNITA seja pela exclusão dos estrangeiros", disse Chivukuvuku, que sublinhou ainda serem "excelentes" as actuais relações entre a sua organização e o Governo português e que apresentara já "as suas condolências às famílias enlutadas".

Depois de ter inicialmente afirmado não haver indícios de um móbil político para o massacre

- a criminalidade atinge em Angola taxas alarmantes e os assaltos sucedem-se — a policia angolana deteve dois dos presumíveis assassinos, Isaias Maneco Vieira "Lucas", 27 anos, e Zaqueu Francisco Quipapa "Mizex", 25 anos, que apresentou espectacularmente à imprensa quarta-feira.

Segundo o relato de "Lucas", o crime foi praticado por dinheiro e a mando de um elemento da UNITA, identificado como "Gihpele", que os teria aliciado e justificado a acção nos seguintes termos: "Neste momento precisamos de eliminar cooperantes portugueses". O objectivo seria também o de "desestabilizar" Angola, antes das visitas do Papa e do Presidente português, Mário Soares. "Mizex", ex-membro da Força Aérea, descreveu o assassinio das sete pessoas — quatro adultos e três crianças —, anotando: "Senti muita pena por ter morto as crianças."

O terceiro presumível assassino, um caboverdeano identificado como Carlos Adalberto Gomes, conhecido como "Lito" ou "Hitler", estaria em fuga.

Em Janeiro, o Governo angolano acusara já elementos da UNITA de serem responsáveis pelo assassinio de três cidadãos britânicos e um neo-zelandês, em Quilengues, Sul de Angola, perto de uma zona de acantonamento de tropas daquela organização. ■

PÚBLICO DOMINGO, 17 MAIO 1982

• Victor Saúde Maria, candidato à presidência da Guiné-Bissau, fundador do Partido Unido Social Democrata, afirma, em conferência de imprensa dada no Algarve, que irá solicitar a Portugal e às Nações Unidas que fiscalizem as eleições previstas para Novembro no seu país.

5
PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 13 MAIO 1982
UNITA DIVULGA INQUÉRITO — Uma versão resumida do inquérito da UNITA sobre a execução dos seus antigos dirigentes Wilson Santos e Tito Chingudji e de suas famílias, que terá sido entregue em Luanda ao subsecretário norte-americano Herman Cohen, foi ontem divulgada e atribuí o acto ao seu ex- "ministro do Interior", Miguel Nzau Puna. Afirma o relatório que as execuções ocorreram em 12 de Novembro passado e os corpos das vítimas foram lançados a um rio. O documento foi publicado pelo "Washington Post", em artigo escrito pelo seu correspondente na África do Sul. Confrontados com as acusações, os dissidentes Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes negaram ao "Post" a versão da UNITA, frisando que as execuções ocorreram em Agosto, por ordem directa de Savimbi, tendo então sido abatidas 21 pessoas, em lugar das 10 de que fala o relatório. O senador David Boren, que preside a uma das comissões do Congresso norte-americano, pediu entretanto acesso ao relatório e apelou a que seja feita uma investigação independente sobre o caso.

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 14 MAIO 1982

MORTE DE PORTUGUESES FAZ ESTALAR POLÉMICA MPLA UNITA — Uma guerra de acusações mútuas estalou ontem, em Angola, entre a UNITA e o MPLA em torno da prisão de dois presumíveis assassinos dos seis cooperantes portugueses, no dia 25 de Abril, nos arredores de Luanda. A policia angolana anunciava ontem, em Luanda, a prisão de dois dos eventuais assassinos e a apreensão de dois carros e algum material bélico, acusando a UNITA de ter ordenado o crime. Um dos presos, Isaias Maneco Vieira (o outro chama-se Francisco Quipapa "Mizex") deu uma entrevista aos jornalistas (transmitida pela RTP) na qual, com a maior das tranquilidades, afirma que foram "contactados em Dezembro" por um homem de nome Gihpele, membro dos serviços secretos da UNITA, e instruídos para matar cooperantes "que estão cá a aproveitar a nossa riqueza". O preso afirma também que, mais tarde, o mesmo homem lhe disse que era preciso eliminar "cooperantes portugueses" antes da visita de Mário Soares a Angola, porque "já estamos afitos com ele e com o filho dele". O mesmo Isaias afirma também que foram prometidos 3 mil dólares a cada um. A UNITA reagia, ainda ontem, através de um dos seus representantes em Lisboa, acusando, por seu turno, três oficiais das FAPLA de estarem envolvidos no assassinio. Os três seriam membros da contra-inteligência militar. Posteriormente, num comunicado à imprensa assinado pelo secretário para a Informação, a UNITA escreve que a "responsabilidade única" do massacre dos cooperantes portugueses cabe ao Governo de Luanda, que "pretendeu cometer um crime perfeito que não deixasse rastros, para orquestrar uma campanha contra a UNITA sob o falso pretexto de ela praticar a xenofobia contra os estrangeiros".

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 15 MAIO 1982

ACUSAÇÕES DA UNITA DISCUTIDAS NA CCPM — A polémica desencadeada pelas acusações do jornal da UNITA, "Terra Angolana", ao embaixador António Vitor Monteiro, representante português na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), será objecto de "esclarecimento e resolução a nível adequado", anunciou em Luanda o porta-voz da comissão citado pela Lusa. "Terra Angolana" acusara o embaixador de "atitudes sinuosas", de participar num "complot" com uma das alas do MPLA para criar instabilidade em Luanda e de ter dito saber onde estavam 40 mil soldados governamentais e que "não denunciara o facto porque o MPLA é que protegeria os portugueses". Monteiro desmente categoricamente tais afirmações e exigiu uma explicação, tendo a questão sido já discutida numa reunião restrita da CCPM. O chefe da delegação da UNITA naquele órgão, Salupeto Pena, declarou entretanto que o seu partido nada tem "contra a pessoa do embaixador António Monteiro". Também em Luanda foi concluída a primeira reunião do novo comité central do MPLA, alargado para 193 membros, com a decisão de promover Daniel Chipenda e o general Pedro Maria Tonha, "Pedalé", para o "bureau" político do partido.

Cabo Verde: demissões na televisão e no "Voz di Povo"

PÚBLICO
SABADO, 16 MAIO 1982

A COMUNICAÇÃO social do estado em Cabo Verde deverá conhecer dentro de dias alterações a nível da sua direcção. O PÚBLICO apurou, ontem, que o actual director do jornal "Voz di Povo", Daniel dos Santos, será substituído a partir do dia 1 por Osvaldo Azevedo, um ex-oficial das Forças Armadas ligado actualmente ao sector da informática. O seu colega João Correia, director da televisão nacional de Cabo Verde, foi "tecnicamente demitido", quinta-feira, pelo ministro da Cultura e Comunicação, Leão Lopes, devido a pressões da ala "dura" do Movimento para a Democracia, no Governo. Esta será

a terceira vez, no período de um ano e meio, que esse órgão conhece mudanças na sua direcção.

De uma maneira geral, várias são as reclamações contra a comunicação social estatal, a nível da opinião pública. Os meios mais criticados são a rádio e a televisão, cuja qualidade da programação e serviços noticiosos tem vindo a decair há já vários meses. Também os jornalistas têm protestado contra a interferência do poder nas redacções destes órgãos.

A saída do director do "Voz di Povo" ocorre cerca de um mês depois de esse tri-semanário ter denunciado eventuais irregularidades cometidas duran-

te a compra de dois aviões "Brasília" por Cabo Verde ao Brasil, por intermédio de Angola. Esse facto originou um firme protesto de Luanda, já que funcionários angolanos apareceram envolvidos no caso.

Apesar de Daniel dos Santos ter afirmado ao PÚBLICO que a sua demissão se deve a um velho pedido seu, ela tem lugar depois de o ministro da Justiça, Eurico Monteiro, enviado de urgência a Angola a fim de desfazer o mal-estar entre Luanda e a Praia, ter garantido ao "Jornal de Angola" que medidas seriam tomadas contra o "Voz di Povo". ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Ministro de Cabo Verde acusa ex-pide de tortura

UM DOS 12 últimos «terroristas» presos pelo decreto chefe da PIDE em Cabo Verde, António Augusto Bernardo, foi o actual ministro da Justiça daquele país, Eurico Monteiro. Quando o EXPRESSO revelou que tinha sido atribuída uma pena vitalícia ao ex-inspector, Monteiro estava em Lisboa, a convite do secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso, para participar num colóquio sobre Direitos do Homem em África.

Eurico Monteiro foi preso, com mais nove companheiros, em Janeiro de 1973, acusado de pertencer à «rede terrorista» do PAIGC no arquipélago e de ser o autor de panfletos lançados a seguir ao assassinato de Amílcar Cabral, poucos dias antes. Em Setembro do ano anterior, haviam sido presos Alexandre Pina e Ulisses Pina («Fogos»).

Estes 14 militantes do PAIGC seriam deportados pouco depois, sem julgamento, para a Foz do Cunene (Angola), aí permanecendo até 5 de Maio de 1974.

Tortura: um acusa, o outro nega

Dois dos companheiros de Eurico Monteiro, Homero Vieira Lopes e Ulisses Pina, acabariam mesmo por se integrar no MPLA e por ser mortos em Angola: o primeiro, em combate, quando da invasão sul-africana; o segundo fuzilado quando do golpe de Nino Alves, a 27 de Maio de 1977.

Eurico Monteiro afirmou ao EXPRESSO que pelo menos ele e Vieira Lopes foram interrogados e agredidos a socos, pontapés e bofetadas pelo inspector Bernardo. Monteiro, então com 18 anos, foi preso no Icoy da Praia: «Estive três dias submetido a tortura de sono e de estímulos, enquanto Vieira Lopes, sensivelmente da mesma idade, foi sujeito a um segundo período do mesmo tratamento, por comportamento impetuoso».

Contactado pelo EXPRESSO, o ex-inspector garante: «Isso é completamente falso». 18 anos depois, António Bernardo não se lembra de Eurico Monteiro, então um jovem estudante local, e sustenta: «Não só nunca foi em prisão, como não deixava falar. Quem me acusa está a mentir com todos os dentes». Com 68 anos de idade, o ex-pide responde sereno, mas com firmeza: «Não vale a pena falar, mas garanto que isso é falso. Basta ver que Cabo Verde era um meio muito progressivo e que teria uma estupefacção da maioria para aceitar os métodos de tortura, porque isso teria repercussões extremamente negativas. Esses métodos nunca foram os nossos».

Um ano na Foz do Cunene

Eurico Monteiro evoca as razões que o levaram à prisão: «Era o último panfleto da série sobre o assassinato de Cabral. Foi azar em já nos andavam a seguir». Monteiro recorda-se de os ter batido numa velha máquina de escrever que tinha em casa. Tratava-se de palavras de ordem, de extractos do programa do movimento nacionalista e de poemas do «berdo» da independência, Ovídio Martins.

Dois a três meses depois, o actual ministro cabo-verdiano e os seus companheiros das células estudantis na Praia e S. Vicente eram transferidos para Caxias.

«Uma semana depois — recorda

Monteiro — veio um páde dizer-bos: 'Vocês são uns sortados, vão regressar a África!'. Só compreenderam o cinismo dessa tirada quando já estavam a ser encaminhados para o avião, com destino a Luanda. «Mas houve algo gratificante nesse dia: um funcionário da TAP recusou-se terminantemente a deixar entrar a bordo os pides armados que nos acompanhavam. Tiveram mesmo de entrar gar as armas».

Haveria ainda uma escala no campo de concentração de S. Nicolau, no deserto do Namibe, antes da epílogo sem ruídos da Foz do Cunene, onde permaneceram quase um ano.

Pina confirma inspector

Dos militantes anticolonialistas presos, o ex-inspector recorda-se de Alexandre Pina. Era o «veterano» do grupo da Foz do Cunene, formado pela Escola Agrícola de Sanbarém, então com 24 anos. Perante a acusação da PIDE, fora defendido pelos advogados Felisberto Vieira Lopes, na cidade da Praia, e Vasco da Gama Fernandes, em Lisboa, que interpuseram um pedido de «habere corpus». «O Pina é dos que pode certificar que eu não batia nem torturava — frisa Augusto Bernardo. — Lembrou-me de que lhe ofereci 'whisky' e tabaco americano, no meu gabinete. E quando foi para Angola enviou-me, a pedido da mãe, um dinheiro e várias encomendas».

Contactado pelo EXPRESSO, em Cabo Verde, Pina confirma que não foi agredido nem submetido a tortura. Da comida, igualmente, que recebeu em Angola o dinheiro enviado através de Bernardo. «Mas não comi, mas o meu pai confirma que entregou outras coisas, e não tenho razões para duvidar que Bernardo não tenha feito os possíveis para mas fazer chegar».

A Foz do Cunene não era bem uma prisão, era uma estação de abastecimento de água à Baía dos Tigres onde os 14 elementos considerados perigosos em S. Nicolau foram isolados e submetidos a trabalhos forçados. «Eu e os meus colegas fomos todos dali psicologicamente arrastados. Era preferível ter estado atrás das grades», recorda Alexandre Pina.

«Disparar para os pés»

Tendo Alexandre Pina, Bernardo teria passado a segunda metade de 1972 e todo o ano de 1973 a «disparar para os pés» do PAIGC — diz quem conheceu os apedregados nacionalistas da altura.

Mas, em Dezembro, Bernardo decidiu visar mais alto, bem mais alto: deveu Jorge Queirido, engenheiro-chefe da Brigada de Águas Subterrâneas, o homem de confiança de Amílcar Cabral em Cabo Verde. Interrogado durante dois dias por Bernardo — «sem serviços», frisou — Jorge Queirido foi logo de seguida mandado para Lisboa, onde foi apresentado no Ministério do Ultramar para aguardar transferência para Angola ou Moçambique.

«A PIDE passou-me pela cidade da Praia, antes de irmos para o aeroporto, como que para mostrar que eu não estava preso», acrescentou Jorge Queirido.

CABO VERDE

CONCURSO DE NOVOS SÍMBOLOS NACIONAIS

ESTÁ ABERTO A TODOS OS NATURAIS DE CABO VERDE RESIDENTES OU NÃO NO PAÍS, UM CONCURSO PARA OS NOVOS SÍMBOLOS NACIONAIS:

- 1) A Bandeira Nacional
- 2) As Armas da República de Cabo Verde
- 3) Hino Nacional

O regulamento está patente nas relações públicas e nos serviços consulares da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa e nos consulados honorários do Porto, Portimão e Setúbal. O prazo termina no próximo dia 15 de Junho de 1992.

“Hyènes” e o último filme de Flora Gomes

PREÇO 17,5.92

Os olhos de África

A EXISTÊNCIA de cinemas africanos, e especificamente da África sub-saariana, é ainda o fruto aleatório de algumas fortes determinações de cineastas e de apoios produtivos colhidos no exterior. Em anos recentes, foram premiados em Cannes dois autores, Souleiman Cissé e Idrissa Ouedraogo, e no ano passado tinham sido apresentados quatro filmes, todos fora de concurso.

O quadro geral assinala a proeminência dos países francófonos, circunstância relacionável com os apoios públicos e privados colhidos no exterior e designadamente na antiga metrópole colonial. A relação com esse exterior, existente ao nível produtivo, toma também alguns casos contornos ficcionais.

Apresentando em Concurso, “Hyènes” foi realizado pelo senegalês Djibril Diop Mabety. É um curioso exemplo de confluência de um imaginário africano com um relato reconhecidamente europeu. No centro da Europa (ou no “Milieu du Monde”, como no título de um filme de Alain Tanner, também autor de um “Retour d’Afrique” em que esta é o território imaginário), alguns produtores suíços tornaram-se especialistas em possibilitar filmes africanos, por exemplo “Tilai” de Ouedraogo. Por extraordinária coincidência é um texto de autor suíço adaptado por Diop Mambeti: o célebre “A Visita da Velha Senhora” de Dürrenmat.

E coincidência, insista-se, porque 19 anos depois (durante os quais não realizou qualquer ficção cinematográfica), Diop Mambeti retoma basicamente a personagem feminina do seu primeiro filme, que no

outro partia da sua terra e que agora, tornada rica e célebre, regressa.

A coincidência levou o autor a tomar explicitamente como base o texto do dramaturgo suíço, o que este, que veio a falecer em 1990, ainda acalentou. Mas se a fonte é reconhecível, o olhar é singular e Diop Mambeti procede indissociavelmente à crónica quotidiana de uma aldeia africana e à ritualização de uma vingança em que as hienas espreitam, não sem que, todavia, deixe de ser por demais evidente a metáfora da chegada de valores exteriores, contribuindo para a dissolução dos laços tradicionais.

Um filme urbano, um filme de Bissau

Com todas as diferenças de territórios e de autores, a relação entre a tradição e a modernidade, no balanço da África independente, é uma questão recorrente, que se pode observar também em “Os Olhos Azuis de Yonta” de Flora Gomes, um autor da Guiné-Bissau revelado com “Mortu Nega”, que no novo filme contou com apoios portugueses (bem como franceses e suíços), a produção sendo de Paulo de Sousa.

Diferentemente da visão da tradição, que é uma imagem insistente no cinema africano (ou na imagem que dele fomos construindo na Europa), “Os Olhos Azuis de Yonta” é um filme urbano, um filme de Bissau.

No primeiro filme, Flora Gomes relatava a luta de libertação nacional e o desencanto sucessivo à independência, suscitando o apelo às culturas

tradicionais. Neste segundo filme, ele mantém reminiscências da história recente e manifestações do desencanto, mas a singularidade está na crónica do quotidiano urbano e na vivência de uma geração que cresceu já depois da independência.

As referências portuguesas podem ser assinaladas ao nível quase anedótico (o miúdo que quer ser jogador profissional de futebol e vir para Portugal) mas também num elemento fundamental da trama ficcional: os tais “olhos azuis”, expressão obviamente inaplicável à destinatária da carta.

A retrocena histórica, as dificuldades concretas na vivência em Bissau (um problema de alojamento, por exemplo), indícios da actualidade política (uma alusão à criação de partidos), o quadro familiar e a intriga sentimental combinam-se num argumento laborioso, mas em que o excesso de elementos nem sempre permite assinalar a real novidade do filme. É que esta existe mesmo, o carácter “anedótico” não supondo superficialidade mas antes a disponibilidade de olhar para um real que tem sido escassamente abordado pelo cinema.

Falta a “Os Olhos Azuis de Yonta” a energia que Bia Gomes (atriz que aqui regressa no papel de mãe) irradiava na segunda parte de “Mortu Nega”, mas a determinação político-histórica, que era de primordial importância no outro filme, vai aqui diluindo-se num olhar mais liberto sobre as personagens, mérito maior em relação ao qual se lamentará que o trabalho de fotografia não permita uma definição ainda mais frontal. ■ A.M.S.

A realidade medida em índice

Moçambique continua à frente em sofrimento humano

O sofrimento humano é difícil de medir. Mas uma organização internacional, a PCC, colocou novamente Moçambique entre os cinco países mais sofridos do mundo. Entre três quartos da população do globo, o sofrimento é mais regra que excepção.

Moçambique, Somália, Sudão, Afeganistão e Haiti são os cinco países do mundo onde se encontram as piores condições de vida, segundo um "índice internacional do sofrimento humano", que é publicado hoje em Washington.

Do outro lado da escala, de acordo com o índice, criado por uma organização privada americana (PCC - Population Crisis Committee), estão a Dinamarca, a Holanda, a Bélgica, a Suíça e o Canadá, os cinco países do planeta onde a vida é mais confortável.

"Nos países onde o sofrimento humano é maior, o marasmo económico conjuga-se com o crescimento demográfico para criar condições de vida trágicas para a grande maioria da população", afirmou Sharon Camp, responsável pelo estudo.

O índice, publicado desde há seis anos pelo PCC, um grupo empenhado na estabilização da população mundial, classifica 141 países, onde vivem mais de 99 por cento dos seres humanos. "O índice de 1992 conduz à triste constatação de que três quartos da população do globo vivem nos países onde o sofrimento hu-

mano é a regra, mais do que a excepção", afirmou Sharon Camp, durante uma conferência de imprensa em Washington. "O índice mostra a existência de uma relação estreita entre as condições de vida e as taxas de crescimento".

África não aguenta outro decénio assim

Camp alerta: "A África, em particular, não pode fazer face a outro decénio como o dos anos 80, marcado pelo recuo da produção alimentar, pela baixa dos rendimentos médios, pela degradação generalizada do ambiente e pela taxa de crescimento demográfico mais elevada do mundo."

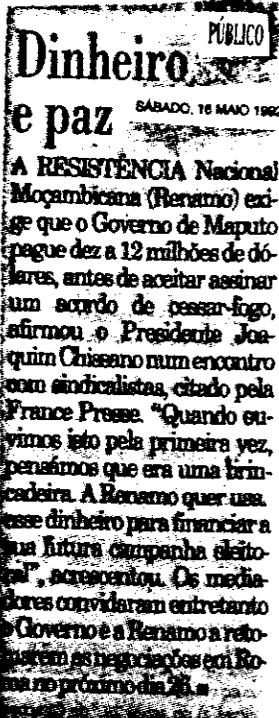
O índice coloca 27 países, agrupando 432 milhões de pessoas (8 por cento da população mundial), na categoria do "sofrimento humano extremo".

Perto de dois terços (65 por cento) da população do planeta vive nos 56 países a que foi atribuída a classificação de "forte sofrimento humano", enquanto 34 países (636 milhões de pessoas, 11,8 por cento da população) foram integrados na categoria de "sofrimento humano moderado".

Finalmente, 24 países (797 milhões de pessoas, 14,8 por cento da população) figuram na categoria de "sofrimento humano mínimo".

O "índice internacional do sofrimento humano" classifica os países em função de dez parâmetros de bem-estar: esperança de vida, ração calórica diária por indivíduo, acesso à água potável, vacinação das crianças, escolarização no ensino secundário, produto nacional bruto, inflação, estado das telecomunicações, liberdade política e direitos civis. ■

CONVERSACÕES SOBRE MOÇAMBIQUE ENTRE 27 E 29 DE MAIO — A 11ª ronda de conversações para a paz em Moçambique terá início entre os dias 27 e 29 deste mês, em Roma, anunciou ontem, em Maputo, o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano. Por seu lado, o embaixador italiano em Moçambique confirmou, em declarações à agência Lusa, que os mediadores vão convocar oficialmente o Governo e a Renamo para se apresentarem em Roma a 25 ou 26 de Maio. Esta ronda de conversações chegou a estar marcada para 3, 5 e 22 deste mês, mas foi sucessivamente adiada por incompatibilidade de calendários.



JUIZ MORTO EM MOÇAMBIQUE — O juiz-presidente do Tribunal Judicial de Maputo, Alberto Santos Nkutumula, foi morto no sábado numa emboscada perto de Namaacha, segundo notícia a Lusa. Aquele magistrado viajava de Boane para a capital, num troço de trinta quilómetros. A mulher, Angelina Maite, que ia acompanhada de um irmão (entretanto desaparecido) e de uma filha de oito anos foi igualmente assassinada. A criança sofreu ferimentos ligeiros. O casal deixa seis filhos menores.

Seca mata cinco pessoas por dia em Nampula

A SECA está a causar uma média de cinco vítimas mortais por dia na aldeia de Liupo, na província moçambicana de Nampula, noticiou o semanário "Domingo", citando informações da Cruz Vermelha Internacional. Em Liupo, vivem cerca de 8 mil pessoas em situação de grande carência alimentar, devido à dificuldade de acesso por terra à região, uma área encravada entre as zonas de confronto militar permanente entre o exército governamental e a Renamo. Um alto funcionário do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Martin Allemann, disse ontem à agência Lusa, em Maputo, que o seu organismo não abandonou o projecto de utilização de "corredores de paz", para levar assistência alimentar a zonas afectadas pela guerra. O CICV anunciou, em finais de Abril, a intenção de realizar uma grande operação de ajuda alimentar de emergência às províncias de Gaza, Manica e Sofala, onde a crise assume maior gravidade, devido à seca e à guerra. ■

Governo

Alegre em São Tomé?

O ELENCO do Governo são-tomense proposto na quarta-feira ao Presidente Miguel Trovoada não integra qualquer membro ou militante dos partidos da oposição e pouco difere do Executivo que chefiou o país até 22 de Abril.

Naquela data, Trovoada demitiu, por decreto, o Governo de Daniel Daio, num gesto em que a oposição viu um «golpe à Fujimori», o Presidente peruano.

A excepção entre os nomes propostos por Costa Alegre, o primeiro-ministro indigitado, é a ausência de Alda Bandeira, anterior ministro dos Negócios Estrangeiros, mulher de Costa Alegre. Uma fonte do Partido da Convergência Democrática, no poder, disse que Alda Bandeira teria pedido a exclusão, para «facilitar» a tarefa do rido.

O novo Governo são-tomense, qual quer que seja, terá nos próximos anos uma caminhada difícil: a aplicação do programa acordado com o FMI e o Banco Mundial. Entre as reformas previstas, avulta a reforma agrária, que implicará a diversificação de culturas e a reestruturação do sistema financeiro.

O SEGUNDO Governo da II República de São Tomé e Príncipe, a cargo de Norberto Costa Alegre, de 41 anos, toma hoje posse, mas mantém-se as suspeitas entre o Presidente Miguel Trovoada e o Partido da Convergência Democrática (PCD), que ocupa 29 dos 55 lugares no Parlamento.

Este Governo sucede ao de Daniel Daio, secretário-geral do PCD, que o Presidente da República demitiu em 22 de Abril, por não gostar de algumas das afirmações que ele fizera em público e na sequência de um longo mal-estar entre as duas partes.

O PCD ganhou em Janeiro do ano passado as primeiras eleições legislativas pluripartistas que se efectuaram no país e Trovoada (que o ajudara na campanha) foi algumas semanas depois eleito Presidente da República com o seu apoio, mas a convergência de interesses — para acabar com o regime monopartidário exist-

tente desde 1975 — não durou muito.

Observadores locais receiam que o Governo de Norberto Costa Alegre, até agora ministro dos Assuntos Económicos e Financeiros, não se consiga aguentar até ao fim da presente legislatura, no início de 1995, até porque terá de tomar medidas muito impopulares, como a despedida de numerosos funcionários públicos.

Um dos seus testes vai ser a realização das primeiras eleições autárquicas, em finais deste ano ou princípios do próximo: aí terá de enfrentar não só o sustentáculo do antigo regime, o MLSTP, como também uma terceira força, a Coligação Democrática de Oposição (Codo), listas de independentes e, ainda, um eventual partido novo que está a ser preparado por colaboradores, parentes e amigos de Miguel Trovoada.

O novo Governo tem na pasta da Defesa o até agora

secretário-geral da Presidência da República, Evaristo Carvalho, que substitui o escritor Albertino Bragança, indo este para ministro dos Negócios Estrangeiros, de onde saiu Alda Bandeira, mulher de Norberto Costa Alegre.

Outros ministros são: João Bonfim (Educação, Juventude e Desportos), Arlindo Carvalho (Economia e Finanças), Olegário Tiny (Justiça), Alzemiros dos Prazeres (Comércio, Indústria, Turismo e Pescas), Oscar Sacramento e Sousa (Equipamento Social), Dulce Fernandes (Saúde), Xavier Mendes (Agricultura e Desenvolvimento Rural) e Silvestre Umbelina (ministro residente na ilha do Príncipe).

Como secretários de estado ficaram: Mateus Rita (Cooperação e Desenvolvimento), Armindo Aguiar (Trabalho e Administração Local) e Frederico dos Anjos (Comunicação Social).

Manuel Dende, em São Tomé

PUBLICO QUINTA-FEIRA 14 MAIO 1992 EL

NOVO GOVERNO DE SÃO TOMÉ — O primeiro-ministro designado de São Tomé e Príncipe, Norberto Costa Alegre, apresentou ontem ao Presidente da República o seu gabinete, de dez ministros, composto quase exclusivamente por elementos do Governo demissionário de Daniel Daio. A ministra dos Negócios Estrangeiros do Governo anterior, Alda Bandeira, é a única excepção, não fazendo parte do novo executivo. Casada com Norberto Costa Alegre, Alda Bandeira, ter-se-á recusado a integrar o Governo, para — afirmou — «facilitar a governação» do marido. O novo chefe da diplomacia é Albertino Bragança, que detinha no anterior Governo as pastas da Defesa e da Administração Territorial.

S. Tomé e Príncipe

Montepio nas privatizações

A PRIVATIZAÇÃO de uma instituição financeira de S. Tomé e Príncipe está na mira do Montepio Geral, que iniciou já um estudo sobre a viabilidade do processo. No entanto, a potencial «joint-venture» luso-são-tomense está condicionada pela transformação da Caixa Económica Montepio Geral em banco.

«Tanto as autoridades que dirigem a instituição em S. Tomé como o Montepio estão interessados na parceria, mas neste momento há condicionantes estatutárias que impedem a concretização de uma operação de internacionalização da sociedade portuguesa», comentou o presidente da Caixa Económica, Costa Leal.

Devido aos seus estatutos, o Montepio opera com um sem-número de restrições que o impedem de exercer em pleno a actividade bancária, não lhe sendo permitido as operações com divisas, ser depositário de fundos de investimento e aumentar, significativa-

mente, os capitais próprios.

A transformação em banco — que automaticamente permitiria a tomada de participação do Montepio Geral no capital da instituição são-tomense — poderá acontecer dentro de meses, sendo necessário apenas que a ideia seja bem acolhida pela maioria dos cerca de 23 mil sócios.

«Logo que seja publicada a lei da regulamentação bancária, o projecto de alteração dos estatutos vai ser colocado à apreciação dos associados», garantiu o «número um» do Montepio, acrescentando que o Governo já deu «duz verde» para a transformação da Caixa Económica em banco.

Mas caso não vingue a estratégia defendida por Costa Leal, os anos que se seguirem a 1993 poderão não ser risonhos para a instituição que este ano comemora 152 anos.

Costa Leal está convencido que, com a entrada em cena de caixas económicas da Co-

munidade Europeia, o Montepio, que na lista dos 33 maiores bancos surge na décima terceira posição no que toca a activos, créditos concedidos e depósitos, «não passará de uma instituição regional à escala portuguesa».

Três milhões para balcões

Decidido a «não perder o comboio», o Montepio está a canalizar este ano três milhões de contos para a abertura de 19 agências, de modo a fechar o ano com 72 balcões, localizados um pouco por todo o país. A política de expansão prosseguirá até 1994, ano em que o Montepio pretende ter cem balcões. Outros investimentos estão na calha. Proprietário dos 15 mil metros quadrados onde estava situado o malogrado Grandela, o Mon-

tepio irá desenvolver um empreendimento, projectado por Siza Vieira, orçado em três milhões de contos.

Entretanto, o Montepio foi esta semana o anfitrião da terceira reunião do Grupo de Cooperação de Língua Portuguesa. Agregando sete caixas económicas nacionais, entre as quais a Caixa Geral de Depósitos e o Crédito Predial Português, e outras tantas do Brasil, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, o grupo tem por objectivo a cooperação a nível de formação entre os membros. No entanto, sexta-feira, no último dia dos trabalhos, foi apresentada a hipótese de criação de uma sociedade financeira destinada a fomentar o desenvolvimento de novos projectos no seio do grupo.

Seca radicaliza afrikaners

Peter ter Horst (norte do Transvaal)

EM NILJSTROOM, no Norte do Transvaal, três silos erguem-se no horizonte. É aqui que Van der Walt e os seus dois filhos vêm buscar a forragem para o gado há mais de quarenta anos. Agora estão vazios e já há três semanas que esperam que no comboio de Durban chegue um carregamento de milho importado.

Os lavradores do Norte do Transvaal estão a sofrer os rigores do clima. São «afrikaners», gente dura e conservadora, ligada à sua terra, apesar de todas as dificuldades, que, ao longo da História sul-africana, têm sido muitas. Porém, nada se assemelha a esta seca. As albufeiras estão, em alguns casos, a menos de um terço dos valores normais e há zonas em que não chove há 13 anos.

Este ano, a precipitação não atingiu um terço dos valores médios. Os lavradores atribuem a responsabilidade da situação à corrente El Niño, ou à camada de ozono, ou mesmo a um castigo de Deus pelos caminhos errados que a África do Sul trilha — longe do nacionalismo calvinista dos «afrikaners». «Mas então — pergunta um dos seus líderes —, porque não teria Ele mandado antes um dilúvio?».

Segundo o Sindicato Agrícola da África do Sul (SA-AU), entre oito e dez mil la-

vadores brancos estão em risco de falência.

A família Van der Walt mantém os cem trabalhadores ao seu serviço — cujos salários variam entre os 250 e os 750 randes mensais, a que se juntam uma saca de farinha de milho — ocupados com pequenas tarefas, como a construção de cercas. «Não vamos despedir nenhum trabalhador — assevera Johan Van der Walt. — Investimos muito dinheiro neles, porque lhes demos vários cursos. Vivem aqui há muitos anos. Quando a chuva vier, terão muito que fazer».

Mas a chuva teima em não aparecer. A maior parte da África do Sul, o Sul da Namíbia, o Botswana, a Suazilândia, o Lesotho, o Zimbabwe e Moçambique estão a sofrer o que poderá ser a maior seca deste século. Segundo consta, os turistas que visitam o Parque Nacional Kruger estão a fugir das áreas mais atingidas devido ao cheiro nauseabundo proveniente dos cadáveres de animais mortos.

Desde o final de Outubro que não chove na África do Sul, de onde muitos países da região importam os cereais que necessitam. As últimas chuvas caíram em Outubro do ano passado, depois de meses e meses sem que do céu viesse uma gota de água.

Nas zonas em que choveu para fazer as sementeiras, mas

a chuva parou. Da precipitação média de 609 mm anuais, apenas 60 mm caíram de Outubro até agora. «É o ano mais seco desde 1965», comenta desanimado Theron, um economista formado na Universidade de Potchefstroom que há dois anos trabalha com o pai na exploração agrícola. «A pouca chuva evapora-se mal chega ao solo num ambiente cuja temperatura ronda os 36 graus».

As secas não são fenómeno novo na África do Sul, mas nenhuma foi tão prolongada e gravosa. Muitos agricultores recusam abandonar as suas terras mas os compromissos financeiros assumidos começam a ameaçar as suas propriedades. E nesta terra dura de «afrikaners» muitos afirmam que não sairão das suas propriedades sem luta.

«Dos 80 mil agricultores sul-africanos restarão menos de metade no próximo ano», comenta um especialista do Ministério da Agricultura. E esta situação não vai ser compensada por empregos nas cidades para onde agricultores «afrikaners» e trabalhadores negros irão confluír.

Os agricultores que enfrentam a falência dizem-se dispostos a reagir. Pode ser apenas a habitual «fanfarronice boer», como alguns sustentam, mas é difícil saber até que ponto esta comunidade desesperada e historicamente empurrada pelos governadores ingleses da então colónia não poderá reagir violentamente.

Muito particularmente quando, do passado, conhecem a experiência de verem trabalhadores negros — mão-de-obra mais barata — terem prioridade sobre eles, «uma situação que foi muito comum logo após a derrota 'afrikaner' na guerra boer», explica um sociólogo da Universidade de Joanesburgo. E não faltam as ameaças de brancos que se dizem dispostos a «levarem consigo tantos negros quantos pudermos».

Para FW De Klerk a situação é pouco confortável no momento em que procura encontrar na Codesa (Conferência para a Democracia na África do Sul) uma solução de compromisso para a transição sul-africana. «A comunidade agrícola é extremamente conservadora e muito mais dada ao uso da força do que o próprio Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB, a organização para-militar de Eugene TerreBlanche)», diz um responsável do Partido Liberal, associado do Partido Nacional na campanha a favor das conversações na Codesa.

Funcionários de agências de auxílio estimam que 25 por cento das mortes pela fome na comunidade de 27 milhões de negros ocorrerá entre crianças.

Há alguns meses, no Transvaal Ocidental, em Bloekombos, pela lua cheia, os agricultores decidiram rezar pela chuva, mas se alguns procuram manter os seus trabalhadores negros — muitos dispostos a trabalhar apenas por casa e alimentação — outros começam a despedi-los. Por

isso os trabalhadores negros quiseram juntar-se às preces — mas enquanto em Bloekombos dois mil se reuniram com os seus patrões, em Lichtenburg a sua presença na Igreja, apesar da nova legislação, foi recusada. Para a Igreja Reformada Holandesa os negros só podem entrar na Igreja para o funeral do seu patrão.

«A menos que sejam tomadas imediatamente medidas para compensar a falta de cereais, a África Austral está ameaçada pela fome generalizada», salientou Edouard Saouma, director-geral da FAO. África do Sul e Zimbabwe são os celeiros da região e as suas colheitas estão dramaticamente reduzidas. Mesmo as 6 milhões de toneladas de milho que Pretória decidiu importar para cobrir as falhas poderá estar condenadas a apodrecer por falta de infra-estruturas de transporte na região.

Segundo as organizações de assistência, muitos lavradores estão a despedir pessoal, a que não são reconhecidos quaisquer direitos, expulsando-os das suas terras. E assim, a «grande marcha» para as cidades começa novamente e milhares de novas pequenas cabanas feitas de folha de metal são construídas quando já cerca de nove milhões de habitantes vivem em barracas nas cidades-satélite.

Um dos argumentos utilizados pelo «lobby» dos agricultores em Pretória para obter mais subsídios governamentais é que herdades desertas só trazem miséria ao país. A organização de assistência Operation Hunger anunciou esta semana que

pelo menos dois milhões de negros podem vir a morrer de fome devido à seca.

Segundo recorda o pai da família Van der Walt, já houve muitas secas: no princípio da década de sessenta e em 1979. Na última estação, o nível de precipitação registado na sua herdade de 2500 hectares foi apenas de 403 mm, contra uma média de 620 mm. Mas as consequências são agora mais graves devido à recessão económica que a África do Sul atravessa: a taxa de inflação atingiu os 16 por cento e as altas taxas de juro obrigam os agricultores a contrair empréstimos com juros que variam entre 20 e os 27 por cento.

Actualmente, os encargos da família Van der Walt com as sementeiras cifram-se em 400 mil randes. Tendo em conta os salários e o custo das forragens, a família calcula que terá um prejuízo de um milhão de randes nesta estação. Serão necessários quatro a cinco anos para compensar esse prejuízo.

A sua herdade «Leeuwkuil» é uma das mais rentáveis do Transvaal do Norte e os Van der Walt adaptaram-se à situação de seca pela diversificação de culturas e a criação de porcos. «O porco é o nosso factor de estabilização. Os lavradores que só semeiam cereais estão a passar grandes dificuldades».

Mias Nieuwoudt, director da Cooperativa Agrícola da região, afirma que a situação é ainda pior nos bantustões, como Venda, onde as barragens secaram, pelo que não é possível irrigar os campos. «Esta é a pior seca dos últimos dez anos. Desde essa altura que as colheitas são

em média 30 por cento abaixo do normal e o gado é metade do que existia antes. Muitos lavradores estão completamente arruinados». Nos últimos quatro meses, fecharam duas fábricas de moagem de milho, uma de rações e outra de algodão. «O trabalho para os camponeses negros está a desaparecer. Agora, trata-se de uma questão de sobrevivência», afirma Mias Nieuwoudt.

Durante anos, os lavradores sul-africanos gozaram de uma situação privilegiada: tinham grande influência política no partido de Governo, o Partido Nacional, obtinham dinheiro a juros baixos para desenvolverem as suas enormes propriedades e exploravam uma mão-de-obra extremamente barata. Mas ao longo da última década os privilégios financeiros desapareceram e agora tudo é mais difícil.

Segundo Du Toit, um economista da SAUU, «se a mão-de-obra fosse mais cara, os lavradores teriam aperfeiçoado a sua gestão financeira. Temos alguns dos melhores lavradores do mundo, mas o seu nível de instrução é em geral baixo. Muitos não se conseguiram adaptar às novas circunstâncias. Há muito que se dedicam à produção de cereais. A tendência é para a monocultura, o que é muito arriscado. Se não chover, não há colheita».

As autoridades estão a fazer o possível para ajudar, diz Mias Nieuwoudt, «mas o Estado não pode fazer chover». Existem fundos de assistência e todos os tipos de subsídios à produção agrí-

cola mas não são suficientes para os agricultores, cujo destino é adaptarem-se e aguardarem. «Uma pessoa não se afoga de repente, mas lentamente. A seca está a minar os nossos espíritos».

Codesa 2 em impasse

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE MAIO DE 1992

David Beresford
em JOANESBURGO

UMA NOVA série de crises políticas que ameaçam sabotar todo o processo de paz obrigaram este fim-de-semana o Governo e o Congresso Nacional Africano (ANC) a recomençar negociações. As duas partes estão a tentar definir as principais linhas de um eventual novo acordo de paz na segunda sessão da Convenção para a Democracia na África do Sul (CODESA) — o fórum para as negociações constitucionais —, tendo em vista a controvérsia suscitada pela divulgação de casos que apontam para o envolvimento de membros do Governo na violência política.

Num regresso aos «maus velhos tempos» da censura que imperou durante os anos oitenta, as autoridades foram duas vezes a tribunal esta semana, numa tentativa de amordaçar a imprensa e impedir a publicação de notícias sobre operações alegadamente fraudulentas e sujas por parte das forças de segurança, incluindo o próprio chefe dos Serviços Secretos militares e mesmo o Conselho de Segurança do Estado, um órgão liderado pelo Presidente e onde tomam parte alguns ministros.

Uma das revelações que não conseguiram impedir foi a denuncia sobre a existência de uma rede de bases secretas montada pela polícia e que, alegadamente, fariam parte da chamada «Terceira força», acusada de instigar e promover a violência nos subúrbios negros. A polícia já admitiu que essa rede existe em onze regiões do país. Vários jornais publicaram indicações seguras sobre o seu envolvimento em confrontos registados recentemente na área de Vaal, na zona limítrofe de

Sharpeville.

Pelo menos mais um assassinio político esteve ligado ao trabalho desenvolvido por essa rede de bases secretas: a misteriosa morte de uma jovem de 17 anos, Belina «Baby» Makgoloto, ocorrida na sua própria casa em Novembro passado e cuja causa foi atribuída a «factores naturais». Mas um militante do ANC a quem a polícia tentou recrutar garantiu sob juramento que lhe foi dito durante um interrogatório numa das bases secretas que Belina tinha sido envenenada «pelo Governo» porque era suspeita de ser activista daquela organização de defesa dos direitos dos negros. Descobriu-se também que os membros das bases da polícia secreta usavam nomes de companhias inexistentes e deslocavam-se em veículos roubados com matrículas falsas.

Outra das notícias, desta vez «abafada» por ordem do tribunal, referia-se à investigação levada a cabo pelo jornal radical «Africans», segundo a qual as forças de segurança teriam feito um ataque à bomba na casa do Reverendo Alan Hendrickse, líder parlamentar da população negra. Ninguém foi atingido, o que leva a crer que o atentado teria sido realizado com único propósito de ameaçar o reverendo e constrangê-lo a assinar um acordo com o Governo admitindo as leis de segregação residencial.

Os jornais têm citado múltiplos depoimentos de activistas políticos que foram detidos pela polícia e levados para as «bases» a fim de serem interrogados sobre as acções de membros do ANC. A alguns deles foi-lhes oferecido treino militar e dinheiro para levarem a cabo ataques contra eles. Em consequência, só no mês passado pelo menos sete membros daquela organização foram mortos por atiradores não identificados.

África do Sul

PÚBLICO DOMINGO 17 MAIO 1992

11

“Não queremos adiar a liberdade”

Jorge Heitor*

“Não queremos adiar a nossa liberdade” — disse ontem o chefe do ANC, Nelson Mandela, perante o que pareceu ser quase um fracasso da segunda fase plenária da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa).

Tornou-se impossível definir desde já como é que vai funcionar a Assembleia Constituinte que há-de definir as linhas básicas para uma verdadeira África do Sul multi-racial, com todos os seus cidadãos a viver — pelo menos em termos políticos — em pé de igualdade. Mas avançou-se desde já no sentido de que o diálogo não está morto e de que tudo acabará decerto por se conseguir, mesmo que leve mais tempo do que aquilo que muitos desejariam.

A comissão gestora da Codesa velará por que dentro de um mês se efectue nova sessão plenária desta assembleia magna, que desde o fim do ano passado está a procurar coordenar todo o período de transição iniciado quando o Governo de Frederik de Klerk aboliu as leis do “apartheid”, elaboradas a partir de 1948.

Conversas e amuos

O relacionamento entre o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Partido Nacional do Presidente De Klerk, duas instituições que têm as suas raízes em 1912, tem-se pautado nos últimos tempos por um intercalar de conversas e de amuos, de diálogo e de incompreensões.

Diplomaticamente, os observadores estrangeiros que estiveram sexta-feira e ontem na segunda fase da Codesa congratularam-se em público pelo que, apesar de tudo, se está a conseguir. E o secretário de estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, que ali representava a Comunidade Europeia, confirmou ao PÚBLICO que em Junho deverá deslocar-se à África do Sul a “troika” comunitária, constituída pelo ministro João de Deus Pinheiro e pelos seus homólogos da Holanda e da Grã-Bretanha.

As deslocações de Barroso e dos ministros dos Negócios Estrangeiros coincidem com um aumento do auxílio da Comunidade às vítimas da seca na África

Austral, onde a calamidade esta a tomar proporções que irmanam os sul-africanos com os outros povos da região.

Ao intervir ontem nos trabalhos da Codesa 2, o Presidente Frederik de Klerk rejeitou as acusações de que o seu Governo não quer deixar o poder e abrir tranquilamente caminho à administração interina que desde há algum tempo está prevista e que o ANC gostaria de ver concretizada dentro de prazo máximo de dois meses.

Mandela, que foi muito mais aplaudido pelos participantes do que o actual Chefe do Estado, criticou o que disse serem as tentativas da minoria branca para se perpetuar na mó de cima, mesmo depois de oficialmente enterado o “apartheid”, e avisou que a maioria negra do país não vai manter-se passiva.

O líder do ANC pediu que se crie o mais cedo possível uma comissão eleitoral independente, toda ela constituída por sul-africanos, sem necessidade de representantes estrangeiros (ao contrário do que reivindica o PAC, de extrema-esquerda); e defendeu uma vez mais a libertação de todos os presos políticos, que no seu entender ainda são uns 400 mas que o Governo não aceita que ainda existam.

Mandela na Escandinávia

Horas depois Mandela seguia viagem para a Escandinávia, prosseguindo assim uma série interminável de contactos internacionais que tem mantido desde que há pouco mais de dois anos saiu da cadeia.

Na África do Sul, os próximos dias vão ser de balanço do que se conseguiu na última semana, sendo de prever que o PAC e o Partido Conservador, que boicotaram a Codesa, aproveitem para fazer grandes críticas à mesma, dizendo que nada está a conseguir.

No entanto, é já um facto assente que dentro de um mês ou dois o país terá um Conselho Executivo Transitório (TEC), encarregado de superintender a organização de eleições, o combate à violência e o bom estado das finanças, a par do Governo ainda existente e que em breve poderá vir a dar lugar a uma administração multi-racial. ■

* com Steven Lang em Joanesburgo

Acordo sobre transição na África do Sul

PUBLICO
13 MAIO 1992

JÁ HA um acordo na África do Sul sobre o Conselho Executivo Transitório (TEC) que dirigirá o país durante o período de transição para a democracia plena, devendo este conselho funcionar em conjugação com o Governo e o Parlamento actuais.

O terreno está assim preparado para que a próxima sessão plenária da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), a decorrer sexta-feira e sábado, possa ultrapassar algumas das questões difíceis que se lhe deparam.

Um dos grupos de trabalho chegou a acordo na segunda-feira à noite sobre as propostas para uma primeira fase de administração interina, durante a qual as divergências entre o TEC e o Governo deverão ser derimidas por uma comissão eleitoral independente, multipartidária.

Aquele grupo da Codesa também concordou que o

TEC e as suas seis comissões necessitem de uma maioria de 80 por cento para tomarem decisões, o que deverá ser homologado pela sessão plenária de sexta e sábado.

No fim do ano deverá ser eleita a Assembleia Constituinte encarregada de debater e aprovar uma Constituição para o futuro da África do Sul, que está agora a deixar de ser um país de segregação racial, governado por uma minoria branca.

Entretanto, ainda se debate se os dirigentes tradicionais dos diferentes grupos étnicos, como o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, deverão ou não ter um destacado papel na Codesa: o partido Inkatha é a favor e o ANC contra.

Organizações internacionais e embaixadores estrangeiros acreditados na África do Sul foram convidados para os trabalhos plenários da Codesa 2.

Além disso, o Congresso Pan-Africano (PAC), grupo

de extrema esquerda que não participa na Codesa, convidou uma delegação da Organização de Unidade Africana (OUA) a visitar esta semana o país, a fim de investigar a violência que se tem feito sentir entre a maioria negra.

Por seu turno, o presidente do ANC, Nelson Mandela, disse ao "Financial Times", de Londres, não concordar com o Presidente De Klerk em que os brancos (menos de 15 por cento da população total) fiquem com o poder de vetar decisões maioritárias que vierem a ser tomadas na futura Assembleia Nacional.

Mandela também voltou a acusar o Governo de nada fazer para acabar com a violência que nos últimos quatro anos já matou 13 mil pessoas; e que ele diz ser uma tentativa de "desestabilizar o ANC" e de o impedir de vir a ser a força política maioritária.

Enquanto isto, o Partido Conservador, da oposição branca, pediu segunda-feira a demissão do Presidente Frederik de Klerk e do Governo, na sequência de um escândalo de corrupção verificado no departamento do Desenvolvimento, durante o regime do apartheid.

Segundo o juiz Benjamin Pickar, milhões de randes que deveriam ter servido para ajudar os negros mais pobres foram parar aos bolsos de funcionários daquele departamento, extinto por De Klerk em Março último.

Gerrit Viljoen, que no fim dos anos 80 era o responsável pelo Desenvolvimento, demitiu-se há dias de ministro do Desenvolvimento Constitucional e os médicos ordenaram-lhe um mês de repouso. ■

Jorge Heitor, com Steven Lang em Joanesburgo

PUBLICO

Reunião da Codesa começa hoje SEXTA-FEIRA, 15 MAIO 1992

Mandela denuncia "guerra silenciosa"

É NUM ambiente de tensão que hoje se inicia um decisivo plenário de dois dias da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), que prepara as bases constitucionais para a introdução de uma democracia multirracial no país. Ontem o dirigente africano Nelson Mandela acusou o Governo de Pretória de estar a lançar uma "guerra silenciosa" contra os seus apoiantes e ameaçou retaliar.

Entretanto, grupos de trabalho têm vindo a reunir-se para tentar ultrapassar as divergências entre os participantes na Convenção antes do início da próxima fase de trabalhos. Uma das questões mais polémicas — e em relação à qual o Presidente Frederik De Klerk e Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (ANC), têm posições diferentes — é a da constituição do grupo que será encarregue de redigir a futura Constituição do país. Em discussão está a percentagem necessária no seio do grupo para que este possa tomar decisões: o ANC defende uma maioria de 66 por cento, enquanto o Governo de De Klerk pretende 75 por cento.

Sessões-maratona realizaram-se ontem e na quarta-feira, numa tentativa para esta-

belecer um acordo antes da próxima reunião da Codesa, onde estarão representados 19 partidos sul-africanos.

Na opinião do responsável pela diplomacia do ANC, Thabo Mbeki, mesmo que o actual impasse seja ultrapassado, o sucesso da Codesa está dependente de duas questões que o seu movimento considera fundamentais: a libertação dos prisioneiros políticos e o estabelecimento de uma data para a entrada em funções do Governo interino que assegurará a fase de transição para um regime multi-racial. Na quarta-feira, o ANC propôs que a primeira fase das estruturas interinas fosse criada até finais de Junho.

As acusações, feitas a De Klerk, de responsabilidade pela morte em 1985 de militantes hostis ao apartheid está também a contribuir para o aumento da tensão no país. Ontem o Presidente voltou a desmentir as alegações, divulgadas na passada sexta-feira pelo jornal "The New Nation". O jornal publicou um nota da Força de Defesa sul-africana, em que este organismo recomenda que os referidos militantes sejam "excluídos de forma permanente da comunidade". ■

África do Sul

Dificuldades no avanço

PUBLICO
SÁBADO, 16 MAIO 1992

A CONVENÇÃO para uma África do Sul Democrática (Codesa) está a deparar com grandes dificuldades nos preparativos de uma Constituição interina, tendo o líder do ANC, Nelson Mandela, acusado ontem o Governo de Frederik de Klerk de se encontrar a negociar de má fé.

O secretário de estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, que na sessão plenária da Codesa presente em curso em Joanesburgo representa a Comunidade Europeia, afirmou-se muito interessado em que se consiga progredir, mas notou que isso "depende naturalmente dos próprios sul-africanos".

As Nações Unidas, a Commonwealth, a Comunidade Europeia e o Movimento dos Não-Alinhados estão como observadores nesta fase em que cerca de duas dezenas de partidos, de movimentos e de grupos sociais tentam elaborar uma Constituição interina e abrir assim caminho a uma África do Sul pós-apartheid.

O ANC, apoiado pelo Partido Comunista, entende que as decisões de um Parlamento interino poderiam muito bem ser tomadas por 66,7 por cento dos votos, enquanto o Governo exige 75 por cento e o Partido Democrático — que tende a ser o fiel da balança — alvitra 70.

O motivo por trás de tal divergência de números é o Governo do Presidente De Klerk e

do Partido Nacional desejar aparentemente arregimentar, com o concurso de terceiras formações, os 26 a 33 por cento de votos que lhe permitiriam bloquear algumas das mais controversas medidas desejadas pelo movimento de Mandela, claramente maioritário na sociedade sul-africana.

Se a sessão plenária de hoje, a segunda desta segunda fase dos trabalhos da Codesa iniciada no fim do ano passado, não permitir avançar substancialmente no desbloqueamento dos conflitos, os diferentes grupos de trabalho terão as próximas semanas para descortinar o melhor processo de se conseguir uma Constituição e um Governo interinos.

O ANC tem vindo a insistir que se forme um Governo interino da África do Sul até meados de Julho, mas o actual executivo não parece disposto a desistir do poder tão cedo, defendendo até uma futura Câmara Alta em que as minorias (designadamente a branca) teriam um voto muito superior ao da sua força numérica.

Perante este panorama, os próximos dois meses deverão ser de arrastadas negociações, até que o ANC finalmente consiga o seu objectivo de há muito: um Governo, mesmo interino, em que a maioria negra da população sul-africana tenha a voz mais forte na definição do futuro sul-africano, sem hipóteses de um veto branco. ■